



**CONGRESO INTERNACIONAL
CONTESTED_CITIES**

EJE 2

Artículo nº 2-536

**ENXADRISTAS SEM-TETO
UMA INTRODUÇÃO ÀS ESTRATÉGIAS ESPACIAIS DO
MOVIMENTO DOS SEM-TETO NO XADREZ URBANO
BRASILEIRO**

**MATHEUS DA SILVEIRA GRANDI
MARIANNA FERNANDES MOREIRA
RAFAEL GONÇALVES DE ALMEIDA**

ENXADRISTAS SEM-TETO**Uma Introdução às Estratégias Espaciais do Movimento dos Sem-Teto no
Xadrez Urbano Brasileiro**

Matheus da Silveira Grandi

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

mtsgrandi@gmail.com

Marianna Fernandes Moreira

Universidade Federal do Rio de Janeiro

mari.f.moreira@gmail.com

Rafael Gonçalves de Almeida

Universidade Federal do Rio de Janeiro

rafaelalmeida08@gmail.com

ABSTRACT

Diante do crescimento da importância do papel do movimento dos sem-teto no cenário da organização interna das cidades brasileiras (notadamente de suas metrópoles), o trabalho apresenta algumas táticas espaciais adotadas por esse movimento frente a duas das táticas espaciais utilizadas pelo capital imobiliário no espaço urbano: o investimento em novas áreas de expansão —notadamente na franja periurbana —e o reinvestimento em zonas de obsolescência — especialmente as localizadas próximas ao núcleo central das cidades. Para isso foi feito um estudo de caso auxiliado por um “caso de contraste”: o primeiro enfoca a espacialidade de quatro ocupações no centro da cidade do Rio de Janeiro; o segundo aborda algumas práticas espaciais do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) de São Paulo.

PALABRAS CLAVE: Habitação, Movimento dos sem-teto, Brasil, Movimentos sociais urbanos.

1. PRIMEIROS MOVIMENTOS

No jogo estratégico do crescimento e da ordenação do espaço urbano, os jogadores se engalfinham nas mais diferentes trincheiras e barricadas. Cada *front* acaba sendo o espaço que mais claramente separa e, ao mesmo tempo, põe em contato todos os agentes. As movimentações tampouco são padronizadas. Entre os agentes as regras e objetivos diferem, e até mesmo entre organizações de mesmo “tipo” as táticas se distinguem. A expansão das cidades e sua organização interna guardam correlações de força desiguais entre seus jogadores. Em partidas de vida ou morte, com tamanha desigualdade de condições entre os participantes, as margens de manobra também tendem a ser desproporcionais. As desigualdades sócio-espaciais, como nos lembra Corrêa,¹ não desaparecem. Proprietários fundiários e promotores imobiliários (muitas vezes inclusive em conjunto com o Estado), detentores das condições econômicas e tendo a seu favor toda sorte de instrumentos legais e o imaginário social capitalista, há muito dominam o cenário do “tabuleiro de xadrez” que compõe a multiplicidade do espaço urbano. Suas práticas, apesar de diferirem entre si e de guardarem seus diversos momentos de tensão, tendem a se direcionar para a manutenção do status quo capitalista.

No entanto, os grupos sociais geralmente excluídos desse quinhão hegemônico também desenvolvem suas práticas, de forma mais ou menos organizada e coletiva. Notadamente os ativismos e movimentos sociais, no entanto, buscam também coordenar suas ações visando alterar a correlação de forças nas cidades. Se por um lado tensionam por uma maior participação na definição dos rumos urbanos, por outro desenvolvem táticas para combater a expansão de um modelo de cidade excludente.

É com um caráter meramente introdutório, portanto, que este trabalho busca esboçar características gerais da espacialidade de um dos movimentos sociais urbanos que têm apresentado maior dinamismo e atuação no Brasil, especialmente a partir da década de 90: o movimento dos sem-teto. Para tal tarefa, nos valem de um estudo de caso acompanhado por um “caso de contraste”: o primeiro enfoca a espacialidade de quatro ocupações do centro da cidade do Rio de Janeiro, utilizando-se, para isso, da metodologia da observação participante e entrevistas informais sem diretriz; o segundo aborda algumas práticas espaciais do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) de São Paulo, e se fundamenta na pesquisa e retomada bibliográfica de alguns autores que já abordaram o assunto.

2. ABERTURA: ALGUMAS TÁTICAS NA MANGA DAS “PEÇAS BRANCAS”

Em uma partida de xadrez, geralmente, espera-se que os participantes tenham estratégias bem definidas para que obtenham êxito. Na disputa que ocorre pelas rédeas do ordenamento espacial urbano, os jogadores, por sua vez, se valem tática e estrategicamente de diversas práticas espaciais —entre outros artifícios. O Estado, que como um suposto “árbitro” busca aparentar ter uma atuação imparcial, se apresenta de forma dual: enquanto muitas vezes age de acordo com suas leis, por outro lado atua como porta-voz dos interesses do capital imobiliário. É esse entrelaçamento entre a valorização fundiária e os investimentos públicos em infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos que sustenta a relação entre o mercado de terras e o processo de estruturação espacial da cidade.²

¹ Corrêa (2003).

² Lima (2004).

Esse processo de ocupação urbana é simultâneo ao processo de fortalecimento e expansão da segregação sócio-espacial, negando aos pobres da cidade o acesso aos espaços dotados de infraestruturas desenvolvidas e implementadas pelo poder público —que atua como agente segregador ao oferecer seus serviços e propiciar a especulação imobiliária. O crescimento urbano brasileiro também se caracteriza pela existência de diversos vazios urbanos que, especialmente quando localizados nas áreas mais centrais da cidade, são dotados de infraestrutura pública e resguardam grande valor especulativo.

Para os fins deste trabalho cabe ressaltar duas táticas espaciais utilizadas pelo capital imobiliário no espaço urbano: o investimento em novas áreas de expansão —notadamente na franja periurbana— e o reinvestimento em áreas de obsolescência —especialmente as localizadas próximas aos núcleos centrais das cidades. Ambas estão inseridas em uma estratégia típica desta fração do capital: a tentativa de buscar canais de reinvestimento do capital excedente através da expansão da urbanização.³ Este processo é potencializado pela “destruição criativa” do capital imobiliário, que tem ocorrido notoriamente nas zonas periféricas ao núcleo urbano central e se afirma como espaço privilegiado pelas políticas de renovação urbana.⁴ O reinvestimento cumpre, portanto, papel fundamental à diminuição do tempo do giro de capital tendo em vista o aumento da capacidade de acumulação.

2.1. Tática Um: A Fronteira Externa

O mercado imobiliário está interessado na expansão da cidade sobretudo pela valorização da terra urbana frente à rural. Por isso, seus agentes pressionam pela anexação de áreas rurais ao espaço urbano, pois a partir dessas mudanças de uso obtém lucro. Assim, os empreendedores imobiliários se interessam em investir onde tal possibilidade é real.

O crescimento das grandes metrópoles brasileiras é produto de processos interligados que atraem para a cidade numerosos habitantes do campo ou de cidades menores. Tal modo de desenvolvimento urbano no qual os agentes do mercado imobiliário —construtoras e incorporadoras— determinam o uso do solo por meio de diversos loteamentos e empreendimentos faz com que as camadas populares sejam deslocadas para áreas mais distantes e de menor valor imobiliário. Ao adquirir valor de troca como bem econômico de especulação, a terra urbana suscita a segregação na medida em que separa as zonas de moradias de camadas privilegiadas do restante da população, produzindo para essas últimas áreas sem serviços e equipamentos urbanos. Isso condena à discriminação uma enorme parcela dos habitantes, onde se concentram os piores indicadores sociais.

Proprietários de grandes glebas nas periferias urbanas se utilizam da tática de “urbanização em saltos”, colocando os lotes mais longínquos do centro no mercado à espera que a infraestrutura atinja estes lotes já habitados para só assim vender os outros lotes valorizados pelos investimentos públicos feitos na área. Os moradores destes lotes periurbanos pressionarão o Estado para que ele providencie a infraestrutura necessária. Porém, após a valorização, o aumento do custo de vida torna inviável sua manutenção na área, resultando no fato de que a população que reivindicou melhorias termina sem usufruir das mesmas, em benefício dos proprietários.

2.2. Tática Dois: A Fronteira Interna

O processo de urbanização envolve a valorização e desvalorização de áreas. O surgimento de subcentros nas cidades brasileiras nas últimas décadas do século XX, por exemplo,

³ Harvey (2008).

⁴ Corrêa (1995).

acarretou um processo de desvalorização do centro das cidades ao levar sedes de bancos e empresas públicas e privadas para outras áreas. No caso de São Paulo podemos usar a área da Avenida Paulista como exemplo de um então novo centro financeiro da metrópole, e no caso do Rio de Janeiro podemos entender a Zona Sul enquanto tal.

A desvalorização dos centros metropolitanos oferece novas oportunidades de ganhos ao mercado imobiliário através da especulação. Neil Smith ressalta que os processos de gentrificação envolvem duas escalas de análise que se encontram articuladas entre si: a escala global e a local.⁵ Em períodos de crise econômica, o setor financeiro passa a captar mais investimentos devido às baixas taxas de lucro do capital industrial. Assim, o setor imobiliário passa a ser altamente atraente por proporcionar alta lucratividade e baixo risco para os investidores. Neste sentido, Harvey afirma que a urbanização possui um papel particularmente ativo, juntamente com as despesas militares, na absorção do produto excedente dos capitalistas.⁶ Na escala local, o capital imobiliário mantém ociosos os imóveis que possui em zonas desvalorizadas na forma de reserva de valor. Assim, a desvalorização das áreas centrais cria condições ideais para o reinvestimento do capital com altas taxas de lucro. Por isso, Smith afirma que o processo de gentrificação não concerne, prioritariamente, ao retorno das pessoas aos centros metropolitanos, mas sim ao retorno do capital imobiliário e à “revitalização” do seu lucro.⁷

Com a falta de investimentos na área central, muitas ruas e edifícios encontram-se abandonados e degradados, subutilizando a infraestrutura urbana já projetada e implementada. A quantidade de domicílios vagos existentes no Brasil em 2005 superou o número de 6,7 milhões, sendo que mais de cinco milhões estão concentrados nas áreas urbanas do país. Somando os domicílios das metrópoles carioca e paulista, situados em áreas urbanas, totalizam mais de 22% desse total, o que corresponde a mais de um milhão de domicílios.⁸

2.3. O Estado: Um... Árbitro Neutro?

O Estado é o principal responsável pelo provimento dos equipamentos e serviços urbanos e seu objetivo seria assegurar o acesso à infraestrutura urbana para o conjunto dos cidadãos. Entretanto, o capital imobiliário possui grande influência sobre o direcionamento das políticas públicas, privilegiando certas áreas em detrimento de outras.

A “questão da moradia” aborda diretamente (apesar de não unicamente) a dificuldade de acesso da população de baixa renda a esse direito constitucional. Segundo a Fundação João Pinheiro (2006), em 2005, o déficit habitacional brasileiro era de quase oito milhões de domicílios, cerca de 6,5 milhões deles demandados em áreas urbanas e concentrados nas grandes cidades —mais de 18% se encontra nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Mais de 90% do déficit brasileiro concentra-se na parcela mais pobre da população. A chamada “crise habitacional” está presente quando se considera a capacidade de pagamento dos compradores —e, para quem conta com recursos limitados, a oferta de imóveis no mercado não é compatível com seus salários. Essas pessoas deixam, então, de fazer parte da demanda solvável do mercado imobiliário.⁹

As leis do Estado garantem, constitucionalmente, o direito à moradia. Mas é o direito à propriedade privada que prevalece. Mesmo quando seus imóveis encontram-se abandonados e em situação ilegal, nitidamente em discordância com a lei da função social

⁵ Smith (1996).

⁶ Harvey (2008).

⁷ Smith (1996).

⁸ Fundação João Pinheiro (2006).

⁹ Ribeiro e Pechman (1983); Singer (1978).

da propriedade, não há ação estatal a respeito. O Estado, portanto, opta por transgredir a lei ao deixar uma parcela da população sem moradia e, também, ao permanecer omissa em relação às irregularidades desses proprietários fundiários e promotores imobiliários. Além disso, propostas de urbanização de favelas, regularização fundiária de loteamentos e programas de “revitalização” urbana não asseguram as condições necessárias para que a população permaneça no local. Os resultados são processos de gentrificação, cujo objetivo principal é a adequação imobiliária e sua rápida reincorporação ao mercado formal. No entanto, promotores imobiliários também buscam acessar a demanda não-solvável, pressionando por ajuda estatal para a produção de residências.¹⁰ Assim, o Estado age visando estimular a iniciativa privada com subsídios e empréstimos, bem como aumentando “artificialmente” a capacidade de compra das classes populares. Entretanto, as políticas públicas habitacionais terminam sem atingir a parcela mais necessitada —as classes populares—, pois são utilizadas sobretudo por classes médias e altas.¹¹

2.4. As “Peças Pretas” no Jogo: As Alternativas Populares, da Defesa ao Ataque

São muitas as alternativas dos pobres urbanos para solucionar seu problema de moradia, seja para permanecer no centro das cidades ou para se estabelecer nas periferias. Estas se apresentam como formas irregulares de habitação produzidas por uma parcela cada vez maior da população: cortiços, favelas, ocupações, loteamentos irregulares e clandestinos. Os artifícios encontrados pelo Estado para manter e intensificar a segregação sócio-espacial urbana são apresentados publicamente como uma forma de política habitacional compreendida pela classe média em geral como extremamente eficaz. “No Brasil a solução do problema da produção da moradia é deixada por conta do indivíduo. Este é um dos grandes acordos não-firmados sobre o poder nas cidades”.¹²

Como expressão do contraste entre, de um lado, o imenso déficit habitacional brasileiro e, do outro lado, o grande número de imóveis vagos, surgem entre as camadas populares de grandes cidades do país ativismos mobilizados pela questão habitacional, como o movimento dos sem-teto. Este utiliza como sua principal tática de luta a ação direta sobre imóveis ou terrenos há tempos ociosos, ocupando-os e transformando-os em base territorial para forçar a interlocução com o Estado. Após as ocupações, tais imóveis são reestruturados com o objetivo de adaptá-los às funções residenciais, culturais e produtivas. Suas moradoras e moradores vêm geralmente de áreas pouco servidas pelos serviços públicos essenciais, bem como de locais fortemente territorializados por milícias e traficantes de drogas que operam no varejo. As ocupações do movimento dos sem-teto cumprem, portanto, uma dupla função: a construção de uma alternativa de moradia (e outras atividades culturais e econômicas) e a instauração de um espaço de debates plural distinto daqueles seguidamente encontrados nos antigos locais de moradia.

3. MEIO JOGO: TENTANDO MODIFICAR AS RELAÇÕES DE PODER

A moradia caracteriza-se como uma conflituosa questão no espaço urbano. Os grupos populares, no entanto, nunca passaram despercebidos: seu papel e sua atuação motivaram

¹⁰ Segundo Corrêa (1995), os proprietários de terras bem localizadas, valorizadas por amenidades naturais, agem pressionando o Estado visando à instalação da infraestrutura urbana ou obtendo créditos bancários para eles próprios instalarem a infraestrutura. Criam-se assim bairros seletivos em setores de amenidades. Já os proprietários dos terrenos mal localizados farão o loteamento de suas terras como meio de extrair a renda da terra. Estes serão loteamentos populares, com o mínimo de infraestrutura, e as habitações serão construídas pelo sistema de autoconstrução ou pelo Estado.

¹¹ Ver Azevedo (1982) e Fix (2011).

¹² Santos (1982, p. 94).

contra partidas por parte do Estado e dos agentes capitalistas de produção do espaço das cidades.¹³

No entanto, foi principalmente a partir da década de 1960 que começou a tomar forma uma perspectiva que mesclava a denúncia da situação com propostas fiéis às demandas populares, polemizando as discussões a respeito dos rumos, objetivos e estratégias de produção do espaço urbano. Já na década de 1970 o contexto de agudização das condições de habitação popular cristalizava as bases das discussões sobre a Reforma Urbana.¹⁴ Cerca de vinte anos depois, em meados da década de 1980 e após o arrefecimento da ditadura civil-militar, tal perspectiva se aglutinou ao redor dessa expressão, cunhada em alusão à sua correlata rural —a reforma agrária.¹⁵ Naquela década, a mudança no regime político e o colapso do Banco Nacional de Habitação (BNH), além da perda da capacidade de endividamento dos trabalhadores, aumentou o problema de acesso à moradia e agravou a falta de satisfação de vários setores da sociedade. Nesse contexto, o trabalho de mobilização e organização pôde se reforçar. “Nesse momento as lutas e as práticas de ocupação de terras urbanas e de prédios se tornaram cada vez mais massivas e organizadas.”¹⁶

O ideário da Reforma Urbana comportava diversos elementos que emanavam das lutas e demandas populares, vinculadas diretamente à questão habitacional. A inversão de prioridades era um “abre alas” concreto, através do qual se almejava direcionar investimentos para os bairros e demais espaços menos privilegiados até então. O objetivo de reduzir as disparidades de infraestrutura tornava-se mais palpável, aliado também à busca por coibir a especulação imobiliária.¹⁷

Apesar da mobilização ao redor da Reforma Urbana, a pressão exercida por ela sobre o Congresso Constituinte de 1988 não foi suficiente para contemplar suas reivindicações. Os únicos artigos que tratam do assunto da política urbana —nº 182 e 183— trazem elementos vagos e ideologicamente ambíguos: o primeiro abrange o cumprimento da chamada “função social da propriedade” e aponta para alguns instrumentos aplicáveis pelos planos diretores municipais que poderiam contribuir para tal; o segundo trata sobretudo da usucapião. Somente treze anos depois, através da lei federal nº 10.257/2001 (o Estatuto da Cidade), tais artigos foram regulamentados em nível nacional.

Atualmente, quinze anos passados do Estatuto da Cidade e mais de três décadas do ápice dos debates sobre a Reforma Urbana, muitas são as questões ainda pendentes no que diz respeito à política urbana brasileira.¹⁸ O planejamento urbano e as políticas habitacionais promovidas pelo Estado não deixaram de ser atividades formalmente prestigiadas, nas quais documentos formais, como planos diretores, são valorizados como expressões das “regras do jogo” em matéria de uso e ocupação do solo, por exemplo. Porém, os agentes com maior influência no planejamento urbano brasileiro não se modificaram, reforçando os aspectos segregacionistas e especulativos da produção do espaço urbano.

4. OS SEM-TETO E A CIDADE: ALGUMAS “PEÇAS PRETAS” E SUAS ESPACIALIDADES DISTINTAS

¹³ Corrêa (1997, 2003).

¹⁴ Cassab (2004).

¹⁵ Para todos os efeitos, e em que pesem todas as discussões e apropriações desse termo, a Reforma Urbana será compreendida aqui como “uma reforma social estrutural, de caráter redistributivista e universalista [que se vale] de instrumentos e táticas variados, com as finalidades precípuas de reduzir os níveis de injustiça social no meio urbano e destecnocratizar o planejamento e a gestão urbanos.” (Souza, 2006, p. 213)

¹⁶ Cassab (2004, p. 57).

¹⁷ Souza (2006).

¹⁸ Propostas de atualizações desse ideário foram oferecidas por Souza (2006, 2008).

4.1. Rio de Janeiro —A Frente de Luta Popular (FLP)

O movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro ganhou força entre o final da primeira década dos anos 2000 e o início da década seguinte, período no qual foram realizadas diversas ocupações em prédios ociosos. Entre as organizações existentes, uma frente de caráter libertário chamada Frente de Luta Popular —FLP— surgiu em 2000 reunindo movimentos de favelas, sem-teto e militantes da educação popular, entre outros, com a proposta de impulsionar a luta contra a violência, por moradia, cultura e trabalho. Entre 2004 e 2008 tal frente ocupou quatro prédios ociosos há mais de 10 ano: as ocupações Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares, Quilombo das Guerreiras e Machado de Assis (ver Mapa 1) —respectivamente realizadas em 2004, 2005, 2006 e 2008. Nessas ocupações a instância máxima de discussão e deliberação eram as assembleias de moradoras e moradores. O Coletivo (denominação dada a tal instância)¹⁹ era o responsável por debater quais as prioridades, organizar a execução das atividades e deliberar sobre os assuntos relativos à coletividade. Por essa instância passavam todos os assuntos referentes às práticas, expectativas e horizontes sociopolítico-espaciais das e dos residentes das ocupações, definindo inclusive as divisões, usos e funções dos espaços internos do prédio (bem como as intenções de relações a serem estabelecidas com seu entorno).²⁰ Dessa forma, as famílias reivindicavam uma organização política interna horizontal, caracterizada por relações políticas formais não-hierarquizadas.

Apesar de ter cessado suas atividades em 2008, a FLP cumpriu papel crucial tanto no que se refere à luta pelo direito à moradia, quanto em relação à construção de espaços em que a organização política interna privilegiava a formação de sujeitos críticos e desejosos em participar dos processos de decisão política. O caráter horizontal implementado pela FLP nas ocupações —inclusive com a insistência de que apenas moradoras/es pudessem votar nas assembleias— contribuiu para que a presença da organização nos Coletivos não fosse necessária para manter tal organização política. Tais ocupações, portanto, não estavam submetidas às decisões de organizações do movimento social ou de partidos políticos. Essa autonomia das famílias permitiu que cada ocupação desenvolvesse suas próprias estratégias políticas internas e externas. Assim, apesar de as quatro adotarem um modelo similar no qual o Coletivo afirmava-se como a instância máxima de deliberação, cada ocupação apresentava características e dinâmicas internas próprias.

As quatro ocupações estavam localizadas no centro do Rio de Janeiro, especialmente na Zona Portuária da cidade. Tal área sofreu um processo de desvalorização acentuada nas últimas décadas, resultando no abandono de um grande número de imóveis públicos e privados e na deterioração de sua infraestrutura. Contudo, os investimentos recentes do Estado para reestruturar e refuncionalizar esta área atraíram nos últimos anos a atenção do capital imobiliário, catalizada ao redor do Projeto Porto Maravilha a partir de 2009.²¹ A estratégia adotada pela FLP, no entanto, lhe permitiu ocupar imóveis estatais ociosos antes de estes serem colocados à disposição do capital imobiliário, explicitando, assim, uma tática que enfrenta frontalmente a especulação imobiliária na região. Além disso, a localização central das referidas ocupações proporciona às famílias uma melhor qualidade de vida, pois permite usufruir de serviços e equipamentos urbanos já instalados nas imediações dessa área.

¹⁹ Moreira (2009).

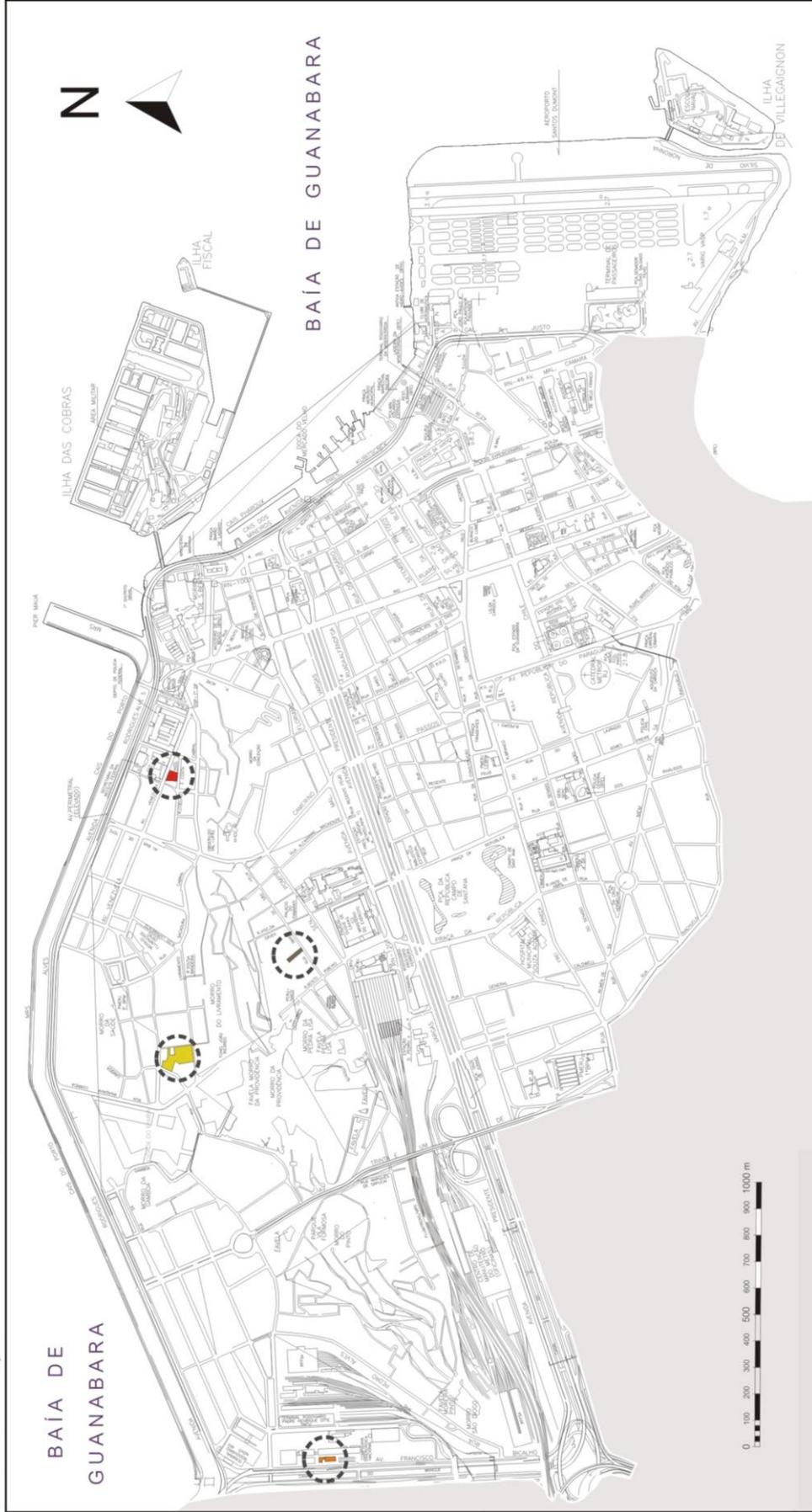
²⁰ Almeda, Grandi e Moreira (2009); Grandi (2010, 2015); Almeida (2011).

²¹ A Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro, conhecida como Projeto Porto Maravilha, é uma parceria público-privada criada pela lei municipal n.º 101/2009 que reinsere a zona de aproximadamente 5km² no mercado imobiliário da cidade.

Mapa 1

MAPA DAS OCUPAÇÕES LIGADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE À AÇÃO DA FLP NA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO

NUPED
Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial



ANC: 2009
Elaborado por TEIXEIRA (2009)
Adaptado por GRANDI, MOREIRA e ALMEIDA.



- OCUPAÇÃO CHIQUINHA GONZAGA
- OCUPAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES
- OCUPAÇÃO MACHADO DE ASSIS
- OCUPAÇÃO GUILOMBO DAS GUERREIRAS

4.2. Caso de Contraste: São Paulo —O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)

A organização mais conhecida do movimento dos sem-teto no Brasil é o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto —MTST. Tal organização surge no final da década de 1990 a partir da iniciativa de um setor do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que percebeu a necessidade de construir um movimento urbano que “partisse de um plano de aumento da correlação de forças entre o MST e as cidades de maneira geral.”²² Assim, o MTST esteve fortemente vinculado ao MST ao constituir parte de uma estratégia de âmbito nacional, além das ligações em termos de suas formas de luta e da formação política de seus militantes. Segundo depoimento de um dos coordenadores do MTST em 2003 “a questão da luta por moradia se configuraria como aspecto tático de uma luta estratégica na qual se articulariam a conquista do teto, a luta pela reforma urbana e a transformação da sociedade.”²³ Atualmente, no entanto, a organização do movimento dos sem-teto atua de forma independente em relação à sua inspiração rural, estabelecendo estratégias próprias, realizando ações específicas, construindo suas redes e reproduzido-se socialmente através de seus processos de formação política.

Dentre os traços característicos da atuação do MTST estão os aspectos locacionais de suas ações e as características físicas dos imóveis ocupados. Em geral, trata-se de ocupações realizadas em terrenos baldios localizados em áreas periféricas das cidades, nas zonas de expansão do tecido urbano e dificilmente próximos às áreas centrais. Lima²⁴ e Souza²⁵ são duas das pessoas que, no âmbito das pesquisas acadêmicas, creditam essas características às opções estratégicas da organização, vinculadas às suas origens próximas ao movimento dos sem-terra que lhes confeririam uma predileção à atuação em “espaços horizontais, onde as pessoas possam pisar na terra, plantar uma horta e estabelecer relações de vizinhança”²⁶

Essa característica tem levado a organização a desenvolver táticas específicas para fomentar o diálogo com a população dessas áreas, visando a ampliação de sua base social. Dentre elas estão práticas que visam estimular formas críticas de cultura popular —como a fundação das “Brigadas de Guerrilha Cultural”—; a criação, por parte dessa organização, da Associação de Comunidades Periferia Ativa, buscando uma maior aproximação com as favelas e loteamentos irregulares de suas áreas de atuação; e a organização de grupos de discussão e formas de cooperação com o intuito de contribuir com a formação política dos moradores. Essas e outras atividades, bem como sua expansão através do processo de nacionalização realizado a partir de 2009,²⁷ transformou o MTST na maior organização do movimento dos sem-teto do país nos últimos anos, contando com diversas ocupações e milhares de famílias atuando nas principais capitais estaduais do país.

5. IDENTIFICANDO ESTRATÉGIAS CONCORRENTES EM UMA PARTIDA AINDA EM ANDAMENTO

Se no xadrez que compõe a multiplicidade do espaço urbano os proprietários fundiários e promotores imobiliários possuem uma larga vantagem, os movimentos sociais urbanos

²² Cassab (2004, p. 108).

²³ Cassab (2004, p. 120).

²⁴ Lima (2004).

²⁵ Souza (2006).

²⁶ Lima (2004, p. 213).

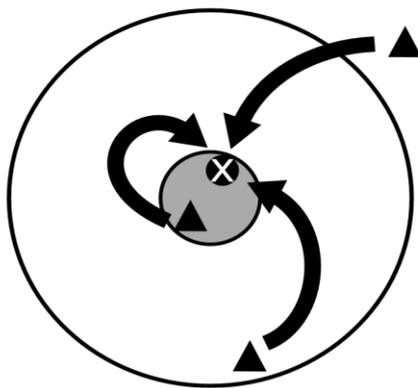
²⁷ Goulart (2011).

demonstram que não são apenas esses atores que agem estrategicamente. Mesmo em nítida desvantagem, as organizações do movimento dos sem-teto seguem proliferando no Brasil. Ainda que não seja possível perceber nitidamente os projetos elaborados *a priori* que movem cada uma delas, é visível que seus caminhos têm oferecido indícios dos horizontes que buscam e constroem, permitindo-as direcionar as conquistas imediatas para além da mera reprodução do presente.

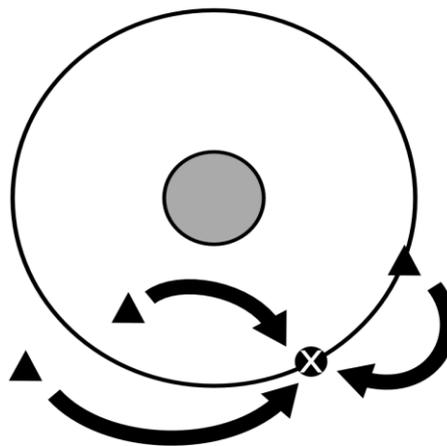
É possível perceber um conteúdo locacional explícito nas ações das diferentes organizações do movimento dos sem-teto.²⁸ Duas de suas formas de atuação mais recorrentes tornam nítidos os principais traços da política locacional de suas práticas sócio-espaciais. A primeira delas é a ocupação de terrenos ociosos e utilizados para fins especulativos nas franjas periurbanas das cidades; a segunda consiste em ocupar imóveis ociosos nas áreas centrais das cidades. Essas duas táticas (ver Figura 2) não se diferem somente em relação à localização das ocupações. Elas também atacam o capital imobiliário por ângulos diferentes e implicam práticas que podem oferecer vantagens e desvantagens em médio ou longo prazo.

Localização das ocupações do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro e em São Paulo

Situação 1:
Ocupações na área central



Situação 2:
Ocupações na periferia



Elaboração: M. S. Grandi (2012)

Inspirado em MOREIRA, GRANDI e ALMEIDA (2009)

Figura 2: Traços gerais da localização relativa das ocupações do movimento dos sem-teto em São Paulo e no Rio de Janeiro em referência ao espaço intraurbano.
(Fonte: Grandi, 2015)

²⁸ Em outra oportunidade já se iniciou uma reflexão a respeito desse conteúdo locacional e da possibilidade de entendê-lo ao menos através de três dimensões: a localização absoluta, a localização relativa e a localização relacional. Ver Grandi (2015).

Duas organizações foram tratadas mais detidamente neste trabalho: a FLP, que promoveu quatro ocupações no centro do Rio de Janeiro e que, apesar de se articularem entre si e adotarem um mesmo modelo de organização política interna, até o momento não possuem nenhum vínculo formal; e o MTST, que possui uma organização interna mais hierárquica mas que, por outro lado, atua em diversos estados do país e estabelece contatos internacionais.

As ocupações que se localizam na periferia da cidade de São Paulo utilizam táticas inspiradas na atuação do movimento dos sem-terra e ocupam áreas na fronteira de expansão externa da atuação do capital imobiliário. Em um primeiro momento, algumas centenas de famílias são acompanhadas e o terreno é dividido em lotes. Em um segundo momento, contudo, o número de famílias costuma aumentar vertiginosamente de algumas centenas para até milhares, constituindo mais um fator de pressão sobre o Estado e expondo a gravidade do problema habitacional brasileiro. Entretanto, apesar de permitir assentar um número alto de famílias e pressionar também o capital imobiliário, essa tática não fornece uma alternativa viável para uma parcela das classes populares que necessita morar próximo às oportunidades de trabalho. Além disso, as áreas ocupadas com o uso desta tática possuem pouca ou nenhuma infraestrutura urbana, forçando as famílias a reivindicar tanto a regularização fundiária quando o direito de acesso aos serviços e equipamentos urbanos.

Já as ocupações que utilizam a tática de ocupar imóveis públicos ociosos na área central da cidade do Rio de Janeiro são providas de boa parte da infraestrutura urbana necessária para a habitação, permitindo que moradoras e moradores tenham acesso aos serviços e equipamentos urbanos previamente existentes. O investimento público necessário para garantir condições mínimas a tais famílias, portanto, é reduzido, restringindo-se àquele necessário à reestruturação dos imóveis necessária para consolidar a refuncionalização posta em marcha pela ação direta das famílias.

Se, por um lado, o capital imobiliário lucra com a reestruturação do espaço urbano através da “destruição criadora” e da gentrificação respaldadas e possibilitadas pelo Estado, por outro lado o movimento dos sem-teto se aproveita da lentidão do Estado em refuncionalizar os imóveis ociosos e se antecipa à futura ação conjunta do Estado e do capital privado em busca da reinserção desses imóveis no mercado imobiliário formal. Essa antecipação proporciona ao movimento uma vantagem estratégica, pois negocia diretamente com o Estado, excluindo, ao menos formalmente, o capital imobiliário da “mesa de negociações”. Através da ação direta, o movimento expõe a contradição existente entre déficit habitacional e imóveis vagos e pressiona o Estado a atender a demanda por moradia.

Os aspectos locacionais da atuação do movimento dos sem-teto também apresentam características diferentes no que concerne a sua vulnerabilidade à territorialização de grupos criminosos. O interesse do “capitalismo criminal-informal” nas ocupações de sem-teto foi observado por Souza²⁹ em ocupações do MTST e nas ocupações iniciadas pela FLP. Segundo ele, as ocupações em terrenos periféricos apresentam como atrativo para os traficantes de drogas a estrutura espacial interna das ocupações —que, por ser similar à estrutura das favelas, propicia bons esconderijos para os pontos de venda de drogas ilegais. Já as ocupações localizadas no centro oferecem vantagens em relação à sua relevância logística e permitem o fácil acesso dos consumidores de drogas da classe média. Fica explícito, dessa forma, a necessidade de se desenvolver estratégias de segurança próprias ao

²⁹ Souza (2008, 2009).

movimento visando a proteção contra seus agentes desterritorializantes —sejam aqueles do “capitalismo criminal-informal” ou aqueles do Estado.³⁰

Enquanto as diversas organizações dos sem-teto do Rio de Janeiro e de São Paulo demonstram certa preferência por uma ou por outra tática, sua existência conjunta e concomitante aumentam a pressão exercida pelo movimento contra a especulação do capital imobiliário. Além disso, a política locacional de suas práticas sócio-espaciais também coloca em pauta temas que estimulam a ampliação da pauta de tais organizações, não restringindo os debates ao combate à especulação e em prol de opções de moradia popular. As organizações desse movimento, portanto, inserem suas ações em uma série de reivindicações dos pobres urbanos.

Não se trata, obviamente, de buscar definir a melhor tática. Sendo postas em ação de forma separada ou combinada, sempre haverá vantagens e desvantagens, possibilidades e limitações. Em São Paulo, as duas táticas estão, inclusive, sendo utilizadas de forma simultânea, como no caso das ocupações da Frente de Luta Pela Moradia —FLM—, outra das grandes organizações do movimento. A utilização simultânea das duas táticas potencializa a capacidade de pressão do movimento e aumenta seu poder de pressão sobre o Estado.

Ao desenvolver essas e outras táticas, as organizações desse movimento se veem frente à possibilidade de produzirem novas formas de sociabilidade —materializadas em organizações espaciais específicas. Isso não depende necessariamente de projetos pré-definidos, que dificilmente são encontrados em meio às práticas sócio-espaciais desse e de outros movimentos sociais urbanos do país e que tão frequentemente correm o risco de se transformar em entraves à ação direta popular e à construção de novas relações sociais, sobretudo quando elaborados *a priori*.

Estou firmemente convencido de que (...) os debaixo têm projetos estratégicos que não formulam de modo explícito, ou pelo menos não o fazem nos códigos e modos praticados pela sociedade hegemônica. (...) [Tais projetos não surgem] como programa definido e delimitado, mas sim através de grandes traços que apontam em uma direção determinada.” (ZIBECHI, 2008:8-9) [tradução livre]

Nos parece que de fato faz mais sentido, portanto, deitar os olhos sobre as práticas desse e de outros movimentos de forma a buscar compreender como seus projetos, ao invés de serem formulados na forma de programas definidos, podem ser elaborados como agendas ocultas que

“(...) não são formuladas de modo explícito ou racional pelos pobres das cidades, na chave de estratégias e táticas ou de programas políticos ou reivindicativos, mas sim, como soa suceder na história dos oprimidos, o andar se faz caminho. Essa convicção me sugere que só a posteriori pode se reconstruir a coerência de um percurso que sempre soa exceder ou emendar as intenções iniciais dos sujeitos.” (ZIBECHI, 2008:19-10)[tradução livre]

6. BIBLIOGRAFÍA

- Almeida, R. G. (2011): *A microfísica do poder instituinte e sua espacialidade: Campos, territórios e redes*. Dissertação (Mestrado em Geografia), PPGG/UFRJ, Rio de Janeiro.
- Almeida, R. G. Moreira, M. F. Grandi, M. S. (2008): *Oikos, Ágora e Ekklesia: Uma Introdução às Fronteiras, Pontes e “Áreas de Sombra” de um Espaço Ocupado (Ocupação Quilombo das Guerreiras – Rio de Janeiro)*. *Cidades 9*. Presidente Prudente: Expressão Popular.
- Azevedo, S. (1982): *Habitação e poder*. Rio de Janeiro: Zahar.

³⁰ Souza (2009).

- Cassab, C. (2004): *Mudanças e permanências: uma aproximação ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). IPPUR / UFRJ, Rio de Janeiro.
- Corrêa, R. L. (1995): *O espaço urbano*. São Paulo: Ática.
- FIX, M. A. B. (2011): *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico), Instituto de Economia / UNICAMP, Campinas.
- GRANDI, M. S. (2010): *Práticas espaciais insurgentes e processos de comunicação: Espacialidade cotidiana, política de escalas e agir comunicativo no movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Geografia). PPGG/UFRJ, Rio de Janeiro.
- Grandi, M. S. (2015): *A construção escalar da ação no movimento dos sem-teto*. Tese (Doutorado em Geografia), PPGG/UFRJ, Rio de Janeiro.
- Harvey, D. (2008): The right to the city. *New left review*. V. 53, Set-out, pp. 23-40.
- Lima, S. L. R. (2004): *Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional / IPPUR / UFRJ, Rio de Janeiro.
- MOREIRA, M. F. (2009). *O “Coletivo” como um elemento de construção da identidade sócio-espacial da ocupação de sem-teto Quilombo das Guerreiras*. Florianópolis: Anais do IX SIMGeo (Geografia: Ensino e Representações).
- Ribeiro, L. C. de Q. Azevedo, S. (1996): *A crise da moradia nas grandes cidades*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Ribeiro, L. C. de Q. Pechman, R. M. (1983): *O que é questão da moradia?* São Paulo: Brasiliense.
- Santos, M. (2005 [1993]): *A Urbanização Brasileira*. 5° ed. São Paulo: USP.
- Santos, C. N. F. (1983): O que é mesmo que pode fazer quem sabe? In: Valladares, L. P. (Org.) (1983): *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Singer, P. (1979): Uso do solo urbano na economia capitalista. In: Maricato, E. (org.) (1979): *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: ALFA-OMEGA.
- Smith, N. (1996): *The New Urban Frontier – Gentrification and the revanchist city*. New York: Routledge.
- Souza, M. L. (2006): *A Prisão e a ágora*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Souza, M. L. (2009): Social movements in the face of criminal power: The socio-political fragmentation of space and “micro-level warlords” as challenges for emancipative urban struggles. *City*, V. 13, n° 1, pp. 27-52
- Souza, M. L. (2008): *Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Teixeira, E. T. (2009): *O “léxico espacial” do movimento dos sem-teto: Um estudo do discurso e das representações sócio-espaciais da Ocupação Quilombo das Guerreiras (Rio de Janeiro)*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia / UFRJ, Rio de Janeiro.
- Zibechi, R. (2008): *América Latina: Periferias urbanas, territorrios en resistencia*. Bogotá: Ediciones Desde Abajo.